

Reforma Tributária e Política de Desenvolvimento Regional

Cuiabá, Agosto 2007

Reuniões com Governadores

Natureza das reuniões anteriores: Governadores de diferentes regiões do país e dirigentes das entidades representativas da indústria têm se reunido (duas reuniões anteriores em Brasília e em Manaus) com o objetivo de viabilizar a implementação de ampla reforma tributária que tenha como foco a competitividade e o crescimento harmônico do País.

Conclusões:

- ✓ Redefinição do pacto federativo que assegure a confiança dos entes federados no novo sistema tributário, como instrumento de promoção do desenvolvimento do País e das diferentes Regiões.
- ✓ Inexistência de uma política nacional de desenvolvimento das regiões com defasagem econômica aguça as tensões entre os entes federativos e dificulta avanços substantivos na reforma tributária.
- ✓ CNI percebeu a necessidade de reuniões com governadores de cada região para identificar peculiaridades e viabilizar soluções abrangentes.

Reforma Tributária: a oportunidade

Fatores que contribuem para avançar na reforma:

- ✓ Crescimento econômico atual permite acomodar eventuais impactos do novo sistema tributário.
- ✓ Ampla percepção das disfunções do sistema tributário atual e seus impactos sobre o crescimento.
- ✓ Amadurecimento da discussão: longo tempo de debates possibilitou razoável grau de convergência.
- ✓ Reconhecimento que a revisão da questão federativa e uma nova política nacional de desenvolvimento regional fazem parte da criação das condições para o sucesso na realização da reforma.

Exemplos dos problemas do Sistema Tributário Atual

- ✓ Complexidade: grande número de legislações, competências tributárias, alíquotas e bases de cálculo.
- ✓ Falta de isonomia: benefícios fiscais para importações.
- ✓ Custo dos investimentos: apropriação dos créditos não é imediata (ICMS - 48 meses; PIS/Cofins - 24 meses).
- ✓ Custo do Capital: IOF, CPMF.
- ✓ Distorção na alocação de recursos: incidências cumulativas (CPMF, PIS, COFINS, CIDE, ISS x ICMS).
- ✓ Distorção na alocação de recursos: desestímulo às exportações pelo acúmulo de créditos nas empresas.

Aspectos regionais dos problemas do Sistema Tributário Atual – a “guerra fiscal”

- ✓ Inexistência de Política Nacional de Desenvolvimento Regional e o sistema tributário atual -- com ICMS na origem e alíquota interestadual -- permitem a “guerra fiscal”.
- ✓ Há entendimento quanto a exaustão dos mecanismos da “guerra fiscal” como indutores do desenvolvimento regional.
- ✓ É preciso migrar para uma situação de “jogo cooperativo”.

Aspectos regionais dos problemas do Sistema Tributário Atual – a infra-estrutura deficiente

- ✓ A ausência de política nacional, o desmantelamento das instituições e a deficiência de recursos inviabilizou a construção da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento pleno das regiões.
- ✓ É necessário assegurar recursos e mecanismos para viabilizar a expansão da infra-estrutura.

Principais preocupações do setor empresarial com relação à Reforma Tributária

- ✓ Assegurar a completa desoneração dos investimentos e das exportações.
- ✓ Simplificar e desburocratizar o sistema tributário.
- ✓ Garantir a utilização plena dos créditos tributários.
- ✓ Evitar a elevação da carga tributária na fixação das alíquotas e com eventuais ganhos de eficiência na arrecadação com as novas sistemáticas.
- ✓ Eliminar tributos distorcivos (ex.: CPMF) e cumulatividade (ex.: ISS x ICMS).
- ✓ Eliminar as disfunções na tributação sobre bens e serviços.

A proposta de Reforma do Executivo

- ✓ Criação do IVA-federal e do IVA-estadual, que substituiriam todos os tributos sobre bens e serviços federais e estaduais.
- ✓ O IVA-estadual obedeceria o princípio do destino (puro ou com alíquota residual na origem).
- ✓ Legislação nacional para o IVA-estadual, com estados determinando alíquotas dentro de parâmetros.
- ✓ Crédito imediato na aquisição de bens de capital.
- ✓ Transferência dos incentivos fiscais já concedidos para o IVA-estadual.
- ✓ Fusão da CSLL ao IRPJ.
- ✓ Ampliação da base de arrecadação federal compartilhada com estados e municípios.

Política de Desenvolvimento Regional

A redução dos mecanismos de desenvolvimento regional atualmente disponíveis aos governos estaduais precisa ser compensada com o fortalecimento da política nacional de desenvolvimento regional com recursos federais.

Medidas recentes que ainda exigem esforços:

- ✓ SUDENE e SUDAM precisam ser implantadas e aprovada a criação da SUDECO.
- ✓ Regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
- ✓ Regulamentação e implementação das ZPEs.

A proposta de Política de Desenvolvimento Regional do Executivo

Os novos instrumentos propostos:

- ✓ Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), para investimentos estruturantes e financiamento ao setor produtivo.
- ✓ Os recursos para investimentos estruturantes poderão ser utilizados para realização de projetos em infra-estrutura, qualificação, assistência técnica, apoio gerencial, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, etc.

A proposta de Política de Desenvolvimento Regional do Executivo

- ✓ Os recursos do FNDR viriam de tributos federais partilhados (IR/IPI) e seriam aplicados pelas superintendências de desenvolvimento regional e Min. da Integração.
- ✓ SUDAM, SUDENE e SUDECO definiriam a alocação dos recursos entre os vários instrumentos.
- ✓ Incentivos fiscais: a renúncia fiscal seria mantida no patamar atual e há possibilidade de revisão dos mecanismos.
- ✓ Atual distribuição de recursos por regiões seria mantida.

Visão do setor empresarial sobre a proposta

- ✓ Equaciona a maior parte dos problemas do sistema tributário apontados pelo setor produtivo.
- ✓ O IVA-estadual deveria obedecer o princípio do destino.
- ✓ É preciso equacionar a situação de estados preponderantemente exportadores e de menor dimensão econômica (alíquota interestadual residual ou equalização de receita via transferências federais).
- ✓ O ISS deveria ser integrado à base do IVA-estadual, acabando com a cumulatividade entre os dois tributos.
- ✓ Recolhimento total do IVA-estadual na origem eleva o custo financeiro das empresas.
- ✓ Criação do FNDR representa ampliação de recursos destinados ao desenvolvimento regional.

Reforma Tributária: fase de transição

- ✓ O IVA-federal iniciaria sua vigência num prazo de 2 a 3 anos.
- ✓ O ICMS seria mantido por um prazo de 5 anos, sendo a partir de então substituído pelo IVA-estadual.

Preocupação do setor empresarial:

- ✓ Durante a fase de transição é preciso equacionar o problema do acúmulo de créditos tributários de ICMS.
- ✓ É indispensável criar regras de transição que assegurem os contratos existentes e recepcionem os programas estaduais atuais de atração de investimentos

Créditos do ICMS: problema do acúmulo prejudica estados e empresas

- ✓ Embora garantida legalmente, a desoneração do ICMS nas exportações não ocorre integralmente.
- ✓ Muitas empresas, especialmente aquelas preponderantemente exportadoras, geram um montante de débitos referente ao ICMS insuficiente para compensar todos os créditos provenientes das operações anteriores.
- ✓ O acúmulo de créditos eleva o custo das empresas e reduz a competitividade das exportações.

Créditos do ICMS: problema do acúmulo prejudica estados e empresas

- ✓ Aumento da produção voltada para o mercado externo proporciona a criação de novos empregos e a geração de renda.
- ✓ Finanças estaduais são beneficiadas, com o aumento da arrecadação induzida pelo crescimento da atividade econômica.
- ✓ Pesquisa realizada pela CNI mostrou que 35% das empresas exportadoras afirmaram que as dificuldades no ressarcimento dos créditos tributários afetava negativamente a decisão de exportar.

Créditos do ICMS: desafios a serem enfrentados no equacionamento do problema

- ✓ Garantir uma solução definitiva no âmbito da Reforma Tributária.
- ✓ Viabilizar a utilização do estoque de créditos acumulados pelas empresas.
- ✓ Criar mecanismo que evite o acúmulo de novos créditos no período de transição até a aprovação e implementação da Reforma Tributária.

Alternativas de solução ao problema dos créditos na exportações

- ✓ Estoque atual:
 - ✓ Securitização dos créditos tributários.

- ✓ Novas operações:
 - ✓ Alternativa 1: compensação com tributos federais.
 - ✓ Alternativa 2: suspensão do ICMS em operações interestaduais destinadas a empresas preponderantemente exportadoras.
 - ✓ Alternativa 3: criação de fundo nacional para ressarcimento (incidência contábil de ICMS sobre exportações ou resgate de títulos comprobatórios).



www.cni.org.br

